

A representação do discurso do outro e os posicionamentos identitários

Daniella Lopes Dias Ignácio Rodrigues*

Resumo

Neste artigo¹ apresento resultados de estudo sobre a representação do discurso do outro (RDO) em artigos científicos publicados em revistas *Qualis A e B* nas áreas de Linguística, Ciências Sociais e Engenharias, à luz dos aportes teóricos da linguística da enunciação, a fim de evidenciar que a escrita de pesquisa não é homogênea como pressupõem, geralmente, os manuais que a orientam. Partindo da premissa de que o discurso direto revela o RDO no sentido estrito, quer dizer, o discurso direto tem por objeto um ato de enunciação outro, bem como um estatuto autônomo ou de menção conferido ao enunciado reapresentado (AUTHIER-REVUZ, 2008), identifiquei 233 citações diretas do tipo longa (denominação dada pela ABNT), as quais foram cotejadas, o que me permitiu categorizá-las em *teórica*, *documental* e *cultural*, dados seu estatuto epistêmico e a origem da citação. Tal resultado pode: i) servir de ponto de partida ou de fio condutor para reflexões sobre os modos de textualização e discursivização da escrita de pesquisa; ii) levar os estudantes universitários a refletir sobre as características da escrita científica da sua área disciplinar; iii) possibilitar o uso consciente do RDO de modo que ele sirva para a construção de quadros teóricos mais consistentes e funcionais em gêneros como ensaios, artigos, projetos, dissertações e teses.

Palavras-chave: Letramento acadêmico. Heterogeneidade discursiva. Discurso de outrem.

* Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC Minas. ORCID <https://orcid.org/0000-0002-2981->.

¹ Este texto é fruto de pesquisa de Pós-Doc realizada no âmbito do projeto CAPES-COFEUCUB n° 834/15- Edital 19/2014.

La représentation du discours autre et les positionnements identitaires

Daniella Lopes Dias Ignácio Rodrigues

Résumé

Dans cet article je présente les résultats d'une étude sur la représentation du discours de l'autre (RDO) dans des articles de recherche publiés dans les revues scientifiques Qualis A et B appartenant au champ disciplinaire de la Linguistique, des Sciences Sociales et de L'ingénierie, à la lumière des apports théoriques de la linguistique de l'énonciation, afin de mettre en évidence que la rédaction de la recherche n'est pas homogène comme le supposent généralement les manuels qui la guident. Partant du postulat que le discours direct révèle le RDO au sens strict, c'est-à-dire que le discours direct a pour objet un acte d'énonciation autre, ainsi qu'un statut d'autonomie ou de mention conféré à l'énoncé re-présenté (AUTHIER-REVUZ, 2008), j'ai identifié 233 citations directes de type long (dénomination donnée par ABNT), qui ont été rassemblées, ce qui m'a permis de les catégoriser en théoriques, documentaires et culturelles, compte tenu de leur statut épistémique et de l'origine de la citation. Un tel résultat peut: i) servir de point de départ ou de fil conducteur pour des réflexions sur les modes de textualisation et de discoursivisation de l'écriture de recherche; ii) amener les étudiants universitaires à réfléchir aux caractéristiques de l'écriture scientifique dans leur discipline; iii) permettre l'utilisation consciente de RDO afin qu'il serve à construire des cadres théoriques plus cohérents et fonctionnels dans des genres tels que des essais, des articles, des projets, des mémoires et des thèses.

Mots-clés: Littérature académique. Hétérogénéité discursive. Le discours d'autrui.

1 O objeto de estudo

Os estudos dos letramentos, especificamente dos letramentos acadêmicos (LEA; STREET, 2006), trouxeram muitas possibilidades de se repensar (pré)conceitos sobre as práticas de leitura e escrita na universidade e, a meu ver, a mais importante delas é a negação do discurso do *déficit* do letramento de alunos ingressos na esfera acadêmica a partir da premissa de base segundo a qual a escrita de pesquisa² é um dispositivo material que participa diretamente da produção de saberes. Em outras palavras, esses estudos abandonam a crença da universalização dos modos de ler e escrever e questionam a ideia de que produzir e compreender língua escrita é um assunto que se esgota no ensino superior. Entende-se, no escopo dessas pesquisas, que as áreas disciplinares têm papel determinante na construção genérica da escrita universitária (Cf., dentre outros, HYLAND, 2000; DAUNAY e LAHANIER-REUTER, 2011), ou seja, os modos de questionar, de construir objetos de pesquisa e de pensar científicos estão atrelados às áreas de estudos, isto é, “vinculados com as formas de ler e de escrever que fomos desenvolvendo dentro da comunidade acadêmica à qual pertencemos” (GOTTSCHALK e HJORTSHOJ, 2004 *apud* CARLINO, 2017, p. 17). Nessa perspectiva, entende-se que existem modos distintos do “dizer” científico que são específicos das áreas de conhecimento, que compõem o domínio científico, dadas suas necessidades científicas e seus valores disciplinares específicos.

Assim, no lugar de se falar em *déficit* de escrita acadêmica, esses estudiosos sugerem que seja dada atenção à heterogeneidade das práticas discursivas acadêmicas, apreendendo os textos de pesquisa e para a pesquisa que circulam na esfera universitária tendo em vista os fatores sociais, culturais e intelectuais construídos historicamente no bojo das práticas discursivas legitimadas pelas diferentes áreas do saber.

Há vários estudos que se propõem a problematizar e, por consequência, operacionalizar os modos de textualização do discurso

2 Há de ter em conta que várias são as escritas na universidade a depender dos gêneros e das práticas discursivas que os demandam. Desse modo, tem-se:

1) A escrita acadêmica, no sentido lato do termo, que é realizada pelos estudantes para efeitos de avaliação do conhecimento construído no âmbito das disciplinas: resumos, resenhas, esquemas, estudos dirigidos, provas, exercícios, etc. 2) A escrita que inicia os estudantes à pesquisa: memoriais, dissertações, teses, etc. 3) A escrita de pesquisa, no sentido estrito do termo, que é produzida na pesquisa e para a pesquisa: artigos, relatórios de pesquisa, projetos de pesquisa, etc.. (Cf. DELCAMBRE; LAHANIER-REUTER, 2010).

científico (Cf., por exemplo, HOFFNAGEL, 2009), mas muitos deles concebem a escrita de pesquisa como uma escrita homogênea que se pauta por modos de dizer universais, tais como o apagamento da primeira pessoa do singular e o enquadramento, no tocante a sua arquitetura textual e argumentativa, em um modelo constituído de quatro unidades retóricas recorrentes – Introdução, Métodos, Resultados e Discussão (IMRD) –, oriundo do chamado CARS (Create a Research Space), estrutura de escrita acadêmica proposta por Swales (2008).

Quanto aos manuais de metodologia científica ou as obras didáticas destinadas aos estudantes da graduação, eles oferecem orientações sobre essa escrita como se ela fosse universal, independente das áreas do saber, tanto em termos de estrutura, como em termos de função. Conforme evidencia Grossman (2015), as normas que são estabelecidas por meio da vulgarização científica para os textos da esfera acadêmico-científica parecem assentar-se sob a unicidade do fazer científico, conduzindo a um modelo único dessa atividade³. Sabemos que as diferentes áreas disciplinares não produzem esses textos da mesma forma e, talvez, nem produza todos eles. Sem falar no fato de produzirem gêneros como a patente, amplamente consumida nas engenharias, que não são contemplados nos manuais que se destinam à escrita de pesquisa.

Quanto ao uso do discurso do outro, problemática abordada quase que, exclusivamente, nos manuais de metodologia, encontramos, comumente, uma descrição de natureza prescritiva tendo em vista suas formas – citação direta, citação indireta e citação de citação. Tal categorização é usada como referência por aqueles que produzem textos de natureza científica e vista como reproduções fiéis e não fiéis ao discurso alheio. Da perspectiva dos manuais de metodologia emana, em geral, a compreensão de citar como um conjunto de técnicas que se restringem a aspectos formais e tipográficos – uso de aspas e formatação de paragrafação. Esse ponto de vista sobre a representação do discurso alheio sugere muito pouco do que efetivamente significa o ato de citar dados os limites do funcionamento do discurso de natureza técnica: primeiro, porque não se explicita a atividade da citação como uma operação que engloba uma dimensão textual (muito

³ Importa salientar, também, que há certa padronização nos sumários que constituem essas obras, pois seguem, geralmente, o mesmo rumo de apresentação de capítulos, a saber, não na mesma ordem, uma explanação sobre os vários tipos de conhecimento e o conhecimento científico; uma discussão sobre a composição estrutural dos textos acadêmicos e científicos; uma apresentação das dimensões do fazer metodológico e; algumas orientações sobre a escrita de determinados gêneros como esquemas, fichamentos, resumos e resenhas.

menos discursiva, claro) na construção dos sentidos; segundo, porque se entende, geralmente, a citação como “menção de uma informação extraída de uma outra fonte” (definição dada pela ABNT). Além disso, tal tripartição é problemática, uma vez que: i) a derivação, comumente colocada como delimitadora do discurso direto (DD) e do discurso indireto (DI), não dá conta de explicar a materialização linguística e enunciativa dessas formas de discurso, pois são várias as formas de introdução do discurso do outro que interveem em diferentes planos do enunciado: marcas sintáticas (verbos *dicendi*), marcas enunciativas (tempo verbal e pessoas gramaticais), marcas de pontuação (dois pontos) e marcas tipográficas (itálico e aspas); ii) é difícil uma delimitação rigorosa entre citação direta, citação indireta e citação de citação (ROSIER, 1999; AUTHIER-REVUZ, 1992). Acrescenta-se a isso o fato de que as práticas de ensino e de vulgarização da escrita de pesquisa desconsideram as funções retóricas e discursivas do discurso do outro.

O *apud*, por exemplo, como já sinalizei RODRIGUES, 2015), é visto quase como um tabu. Sobre essa expressão latina, encontro as seguintes orientações em manuais: “Prefira sempre a utilização de textos originais. Evite o uso excessivo das citações de citação (*apud*)” (PADRÃO PUC MINAS DE NORMALIZAÇÃO, 2010, p. 5); “Todo esforço deve ser empreendido para se consultar o documento original” (FRANÇA e VASCONCELLOS, p. 133, 2008); “Deve-se, na medida do possível, evitar esse recurso” (RODRIGUES, 2005, p. 21). Ora, a função do *apud* tem relação estreita com o tipo de pesquisa – se se faz uma revisão bibliográfica, por exemplo, seu uso poderá ser recorrente – e com o modo como se constrói a ética acadêmica no texto – pode-se usar o *apud* com o objetivo de fazer referência a algum autor dada sua contribuição científica, como no caso das traduções –, além de outras funções éticas e argumentativas.

Como disse, esse modo de conceber o discurso alheio, seja nas práticas de ensino na escrita de pesquisa ou nas práticas editoriais que alimentam as práticas didáticas, não mira a heterogeneidade discursiva que é constitutiva de toda e qualquer atividade linguageira, como também desconsidera os fatores enunciativos que a caracterizam.

Dado esse quadro, com o objetivo de contribuir com as pesquisas desenvolvidas sobre o letramento acadêmico e reiterar o papel das disciplinas na construção de saberes, neste texto discuto o estatuto epistêmico e a funções de referência do discurso do outro nos cursos de Letras, História,

Ciências Sociais e Engenharias, assumindo como pressuposto básico o de que os modos de relatar o discurso do outro manifestam posicionamentos identitários dessas áreas do saber. As premissas que orientam a pesquisa são as de que: i) a disciplina prima sobre a língua em matéria de identidade cultural (FLØTTUM, 2009); ii) a referência ao discurso do outro desempenha um papel importante na construção da identidade epistemológica das disciplinas; iii) as práticas discursivas da escrita de pesquisa se realizam de modos distintos segundo as culturas disciplinares.

Dito isso, a seguir, discuto a noção de discurso do outro assumida pela linguística da enunciação para, em seguida, apresentar a análise dos dados.

2 O discurso do outro: na retórica clássica, na literatura e na linguística da enunciação

O discurso do outro interessa, historicamente, à gramática, à estilística, à retórica, à linguística e à teoria da literatura, conforme nos mostra Rosier (1999)⁴. Historicamente, ele foi objeto da narratologia e da retórica antiga, antes de ser considerado uma questão gramatical. Platão, citado em Rosier (1999)⁵, propôs uma classificação dos gêneros literários segundo a presença ou ausência da imitação na construção da narrativa. Uma narrativa no modo simples – diegese – relata em DI; no modo imitativo – mímese – a narrativa relata em DD. Posteriormente, os latinos usaram as expressões *oratio recta* em oposição à *oratio obliqua*, listadas em thesaurus, que revelam a pertença dos termos à retórica e não ao domínio gramatical (ROSIER, 1999).

Relacionadas às noções de verdade e falsidade, as teorias antigas se limitaram aos aspectos formais dos DD e DI, sendo o DD considerado

4 Há de se considerar, também, os trabalhos de Bourdieu (1996) para quem, no mercado simbólico, há os signos de valor (cada fala tem um valor) e os signos de poder (relações de autoridade entre os falantes); e os de Certeau, segundo o qual "a citação é o meio de articular o texto a sua exterioridade semântica, de permitir-lhe fazer de conta que assume uma parte da cultura e de lhe assegurar, assim, uma credibilidade referencial" (CERTEAU, 2011, p. 102).

5 Fludernik sugere que nenhuma análise formal (linguística) do discurso direto e do discurso indireto é fornecida em **A República**. Seguida a pesquisadora, essa distinção é simplesmente pressuposta como intuitivamente apresentada ao público de Platão, pois Platão não oferece nenhuma definição gramatical do discurso direto e do discurso indireto, sendo sua terminologia erigida inteiramente em termos de narração versus falas. Diz, ainda, que as formulações de Platão deram origem a numerosas interpretações conflitantes e os resultados delas podem ser observados hoje na teoria narrativa, na filosofia e mesmo na análise linguística básica. [FLUDERNIK, Monika. **The Fictions of Language and the Languages of Fiction**. Routledge: London, 1993.]

reprodução fiel das palavras do outro e o DI sujeito a modificações devido ao processo de tradução, uma vez que se trata da paráfrase do conteúdo semântico de outro discurso. Só a partir do século XVII é que a gramática integra o discurso citado em forma de dicotomia – DD/DI. A partir do século XVIII, a ênfase é dada à tipografia e à inserção dos diálogos em DD na narração (ROSIER, 1999).

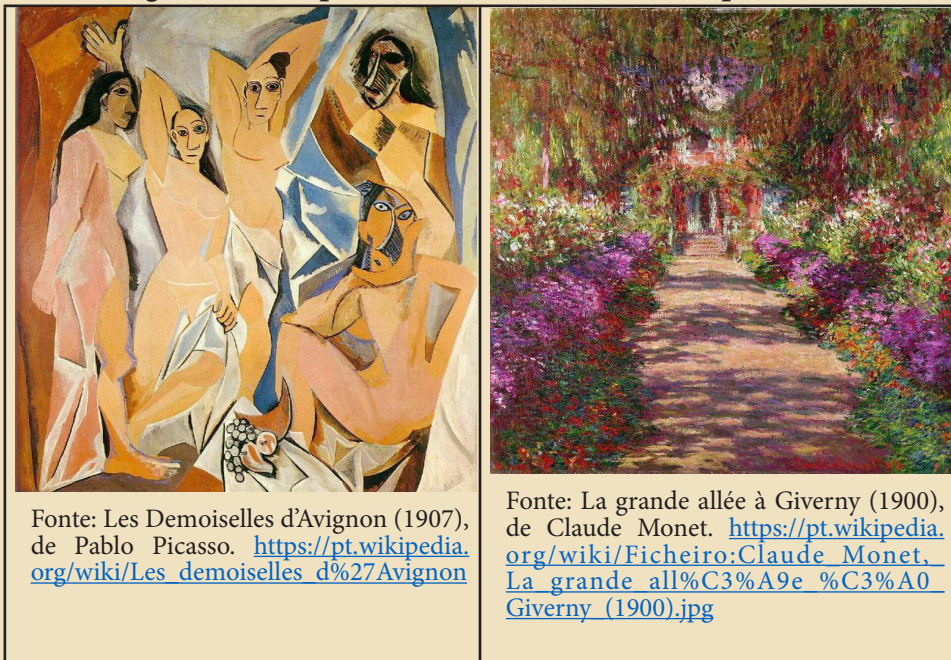
O surgimento da expressão discurso relatado – criação contemporânea – está relacionado ao deslocamento teórico do discurso direto e do discurso indireto para o campo das ciências da linguagem: no lugar de se examinar o sistema linguístico por ele mesmo, examina-se a língua no seu nível de organização discursiva. Resumidamente, essa mudança está ancorada: i) na concepção de um sujeito destituído do domínio de seu dizer no sentido lacaniano; ii) na análise das práticas discursivas, levando em conta a característica ideológica do signo e iii) nas diferentes discursividades, tendo em vista a heterogeneidade dessas práticas (ROSIER, 1999). De maneira mais pontual, o discurso relatado é estudado, no interior da linguística, sob três perspectivas: i) a opção metalinguística que apreende a linguagem em seu componente reflexivo, ilustrada principalmente pela obra de Authier (1995); ii) a teoria polifônica de Ducrot (1987), que oferece uma perspectiva argumentativa e; iii) os trabalhos de Maingueneau (1991, 1997), que oferecem uma síntese da abordagem argumentativa e da abordagem metalinguística.

A partir de século XX, o estudo das *formas de citação da palavra alheia* ocupou lugar nos trabalhos do Dialogismo (Volóchinov e Bakhtin), que tomou como objeto de estudo a literatura e cuja concepção de linguagem é dialógica, sendo a problemática do discurso alheio vista em relação ao problema do diálogo. Esses trabalhos teorizam sobre a mediação entre o discurso interior e a apreensão da enunciação de outrem – “a palavra vai à palavra”. Nesse processo, há duas operações – a réplica interior e o comentário efetivo, organicamente ligados na unidade da apreensão ativa e não isoláveis –, que se realizam no discurso citado que engloba o contexto narrativo. Se o discurso citado e o contexto narrativo estão entrelaçados, impossível analisar as formas de transmissão do discurso de outrem separadamente sem levar em conta essa relação. É em Volóchinov (2017) que se encontra a origem da expressão discurso de outrem definida como “o discurso dentro do discurso, o enunciado dentro do enunciado, mas ao

mesmo tempo é também o discurso sobre o discurso, o enunciado sobre o enunciado” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 249). É dele também o argumento de que “o principal erro dos estudiosos [...] foi isolar, quase por completo, as formas de transmissão do discurso alheio do seu contexto de transmissão” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 255), uma vez que o objeto verdadeiro da percepção ativa do discurso alheio deve ser exatamente essa interação dinâmica destas duas dimensões: o discurso a transmitir e aquele que serve para transmiti-lo.

Na interação entre discurso narrativo e discurso citado, ou seja, na relação do locutor com o discurso que ele retoma, Volóchinov (2017, p. 257), recorrendo ao termo de Wölfflin usado na crítica da arte, identifica duas tendências da dinâmica da orientação discursiva: *estilo linear* e *estilo pictórico*, que podem ser representadas, respectivamente, por Pablo Picasso na sua fase cubista, em que os traços segregam os espaços; e Claude Monet, na pintura de seus jardins, em que se verifica a fusão da natureza com o espaço.

Figura 1: Exemplo de estilo linear⁶ e de estilo pictórico



Fonte: Les Demoiselles d'Avignon (1907), de Pablo Picasso. https://pt.wikipedia.org/wiki/Les_demoiselles_d%27Avignon

Fonte: La grande allée à Giverny (1900), de Claude Monet. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Claude_Monet,_La_grande_all%C3%A9e_%C3%A0_Giverny_\(1900\).jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Claude_Monet,_La_grande_all%C3%A9e_%C3%A0_Giverny_(1900).jpg)

⁶ O exemplo da obra de Picasso no século XX é modelar para o estilo linear, mas esse estilo é característico da pintura ocidental durante o final do século XV e meados do século XVI, período conhecido como Renascimento ou Renascentista.

Pelo estilo linear, o locutor conserva o discurso de outrem, cria fronteiras nítidas à volta do discurso citado; pelo estilo pictórico, o locutor infiltra suas réplicas e seus comentários individuais no discurso de outrem, desfazendo a estrutura compacta do discurso citado e apagando as fronteiras entre os dois, manifestando-se, assim, uma diversidade de enunciados fundidos.

Authier-Revuz, cujo trabalho promove a compatibilidade entre a dimensão dialógica e a dimensão do inconsciente volta-se para a “configuração enunciativa da reflexividade metaenunciativa” (AUTHIER-REVUZ, 2020), prefere falar em representação do discurso do outro mais que em discurso relatado pelas razões descritas a seguir. O particípio ‘relatado’ constitutivo do sintagma ‘discurso relatado’ foi traduzido do inglês (*reported discours*) e tem várias significações. Segundo o contexto comunicativo e o gênero do discurso em que ele se atualiza, o enunciador pode se mostrar mais ou menos fiel à origem do discurso referido, como podemos observar nos exemplos abaixo (Cf. GROSSMANN; ROSIER, 2016):

- Situação 1. O enunciador é um palestrante e durante sua palestra ele lê passagens de autores tomados como referência para sua fala. Ele reporta literalmente o discurso desses autores.
- Situação 2. O enunciador é um jornalista e entrevista uma autoridade política. Ele registra o diálogo estabelecido entre ele e a autoridade e depois, para a escrita de sua reportagem, ele escolhe os trechos da entrevista e os integra, em parte e conforme os objetivos de seu texto, a sua reportagem.
- Situação 3. Carlos e Sandra conversam e esta diz àquele: Eu gostaria que você consultasse um psiquiatra. Carlos responde: Você está insinuando que eu seja louco? Carlos interpreta as palavras de Sandra que não dizem que ele seja louco.
- Situação 4. O enunciador produz um romance e conta a história de seus pais que viveram durante a Segunda Guerra Mundial. Ele se baseia nas lembranças e nas informações que seus pais lhe deram e inventa também diálogos para tornar o romance mais autêntico. Esses diálogos imaginados são grafados entre aspas como se tivessem sido realmente proferidos.

Tendo em vista essas situações, os lugares sociais e comunicativos dos enunciadores e os objetivos de seus textos, o termo reportado pode significar: 1) reportado fielmente (situação 1) ou em parte (situação 2), proferidos anteriormente (discurso relatado); 2) interpretados como se estivessem sido realmente proferidos (situação 3); imaginado (situação 4).

Assim, relatado não significa sempre que houve, efetivamente, um discurso proferido anteriormente, por exemplo, quando usamos expressões como “você deve ter dito a ele, você me diria sem dúvida”. Essas expressões permitem apresentar um pseudodiscurso relatado e são usadas, por exemplo, em discursos conflituosos como forma de argumento.

Além disso, Authier-Revuz (1998) concebe a representação do discurso do outro (RDO) da seguinte forma:

1. discurso citado em sentido estrito e modalização em discurso segundo. No primeiro caso, outro ato de enunciação é tomado pelo enunciador – Maria disse que você não foi à aula. No segundo caso ocorre a modalização da enunciação, de forma que ela se apresenta como segundo em relação à primeira enunciação – Ela não é nenhuma Brastemp, como se diz;

2. signo padrão e signo autônomo. Em *O carro bateu* a palavra carro está se referindo a uma entidade do mundo. Já em *Não encontrei a palavra carro* no dicionário de francês a palavra carro refere-se ao próprio signo linguístico;

3. representações explícitas da citação e as que supõem um trabalho interpretativo por parte do interlocutor. Distinguem-se três níveis: as formas explícitas, linguisticamente marcadas – segundo X, nas palavras de X; as formas marcadas por elementos paralinguísticos ou tipográficos – aspas, itálico, dois pontos, entonação, que exigem um trabalho interpretativo por parte do locutor; as formas puramente interpretativas como as citações escondidas, as alusões, as reminiscências.

Na crítica literária de Compagnon (1996, p.46), em sua reconhecida obra **O trabalho da citação**, encontramos a seguinte afirmação sobre as funções da citação:

As diversas tentativas de definição da citação e a pequena tipologia proposta para seus valores de repetição baseiam-se em critérios formais e não funcionais. [...]

Podemos descrever todas as formas possíveis, catalogar todas elas, elaborar um modelo que as determine: esse é o objetivo de um estudo formal; mas as funções, estas são essencialmente variáveis segundo os sistemas [...] são práticas efêmeras e empíricas para as quais não há catálogo exaustivo possível.

Mas, argumenta o autor, a forma da citação pode revelar um inventário de funções (COMPAGNON, 1996), tal como nos demonstra o estudo qualitativo efetuado por Boch e Grossmann (2002)⁷, no artigo da revista *Langages*, acerca das funções atribuídas ao RDO nos artigos científicos produzidos por especialistas:

- introduzir seu ponto de vista (“Desde 1966, X assinalava que...”);
- marcar o pertencimento a uma corrente, a uma escola (“Meu estudo se situa no quadro da teoria da polifonia tal como foi desenvolvida por Oswald Ducrot (1984) ”);
- referir-se a trabalhos anteriores, para traçar o estado de uma problemática, para sustentar uma definição;
- fundamentar uma afirmação (“A compreensão em leitura está ligada à automatização dos processos de baixo nível (Fayol, 1988) ”);
- discutir uma afirmação, se afastar de uma posição (“Se se pode admitir, com D. Véronique, que ‘outros morfemas além dos adjetivos podem aparecer em condições comparativas’ (1963:204), o exemplo que o autor dá apresenta alguns problemas (...)”) (BOCH E GROSSMANN, 2002, p. 103).

Maingueneau (1991), ao descrever as funções da citação, faz referência às citações-cultura, que seriam aquelas que trazem o discurso de grandes autores, homens célebres, que funcionam como signos de convencimento, signo de cultura. Essas formas de citação, a meu ver, coexistem com as chamadas de autoridade, que garantem a validade de uma citação e é o tipo constitutivo da escrita de pesquisa. Ademais, a apreensão do discurso do outro no domínio científico pode consistir-se em discursos teóricos e não teóricos. Os primeiros se valem de teorias e pesquisas, enquanto os segundos se constituem de documentos, exemplos, fontes, etc. (REUTER, 2015).

⁷ Cf., também, Hyland (2000).

Tais afirmações sobre as formas e as funções do RDO facilitam nossa compreensão sobre os elementos estabilizadores dos discursos, no caso específico, do discurso científico. Essas marcas cristalizadoras, segundo Volóchinov (2017), são frutos das práticas sociais de cada domínio discursivo. Nessa mesma direção, Maingueneau (1997, p. 86) afirma que seu valor reside em cada formação discursiva, já que “o sujeito que enuncia a partir de um lugar definido não cita quem deseja, como deseja, mas de acordo com as imposições desse lugar discursivo que regulam as citações”. Além disso, o discurso científico, “pela própria natureza de sua orientação, não é tão livre na sua maneira de tratar as palavras de outrem” (VOLOCHINOV, 2004, p. 153).

Na pesquisa que ora apresento, assumi como premissa de base que as formas e funções de “transmissão” do discurso do outro estão sistematicamente atreladas às práticas científicas em que emergem. Em outras palavras, as citações (diretas ou indiretas) são textualizadas conforme seu valor epistemológico nas diferentes áreas do saber, conforme busco demonstrar adiante.

Portanto, se os estudos indicam que as formas e as funções o RDO são distintas em relação a quem enuncia e do lugar em que enuncia, parece-me possível interrogar sobre a natureza das citações no discurso acadêmico: quais são as vozes que falam? que tipo de autoridade é conclamado? quais diferenças e ou semelhanças existem em relação ao uso do RDO nas diferentes áreas disciplinares em estudo? Na próxima seção, apresento as respostas dessas questões.

3 A natureza do RDO nas áreas em estudo

Para responder as questões esboçadas anteriormente, coletei, como já disse, 133 artigos científicos publicados em 12 revistas científicas *Qualis* A e B, entre os anos de 2014 e 2016, nas áreas de Linguística (*Scripta*, *Bakhtiniana* e *Calidoscópico*); História (*História Unisinos*, *Revista de História*, *Varia História*); Ciências Sociais (*Ambiente e Sociedade*, *Caderno CRH*, *Cadernos Metrópole*) e; Engenharias (*Ambiente Construído*, *Gestão e Produção*, *Polímeros*), buscando verificar diferenças e ou semelhanças

existentes em relação ao uso do RDO nessas diferentes áreas disciplinares. A seleção dos artigos publicados em revistas *Qualis A* e *B* se deu pelos seguintes critérios: i) textos publicados em revistas *Qualis A* são reconhecidos pela área como relevantes, o que demonstra os modos de dizer legitimados pelas áreas estudadas; por não haver revista em português na área de engenharia *Qualis A*, as de *Qualis B* foram escolhidas. É preciso sinalizar, ainda, que o número de artigos publicados em cada periódico varia, pois o número de textos publicado em cada volume é uma decisão editorial, sendo difícil e, talvez, impossível escolher revistas com o mesmo número de textos publicados. Como o critério foi selecionar todos os textos publicados em cada volume, não se considerou a variação quantitativa em termos de número de artigos publicados e número de páginas de cada artigo entre os periódicos estudados.

Partindo do pressuposto de que o discurso direto revela o RDO no sentido estrito, quer dizer, o discurso direto tem por objeto um ato de enunciação outro e tem um estatuto autônomo ou de menção conferido ao enunciado representado (AUTHIER-REVUZ, 2004), identifiquei 233 citações longas nesses artigos. A partir do cotejamento dessas citações nas áreas em estudo, categorizei o RDO como *teórico*, *documental* e *cultural*, dados seu estatuto epistêmico e sua origem.

O RDO teórico refere-se às citações diretas de ordem teórico-conceitual cuja fonte é reconhecida pelos pares como uma autoridade na área de saber por ter valor, prestígio, competência, capacidade técnica já comprovados e aceitos (BOURDIEU, 1983). Vejamos:

De acordo com Hopper e Traugott,

não há um caminho único para emergência de novas formas gramaticais, mas há passos que podem ser identificados. Entre estes, a recorrência de certos usos do item lexical em contextos linguísticos altamente específicos, a partir dos quais ele se idiomatizaria numa determinada construção gramatical, cuja erosão morfológica pode ser esperada no curso do tempo. (2003 *apud* VELLOSO, 2007, p. 100)
[SCRIPTA, Belo Horizonte, v. 18, n. 34, p. 23-40, 2º sem. 2014]

No excerto anterior, o RDO é fonte teórica para a discussão sobre a emergência de formas gramaticais. No campo científico, as fontes teóricas são sempre já habitadas. Na verdade, é inconcebível um texto científico que não explicita suas relações com outras teorias.

Já o RDO *documental* constitui-se de citações diretas que se originam de documentos institucionais que comumente são tomados como referência na construção do estado da arte dos artigos. É preciso assinalar que eles são assumidos como referência que contribui para a construção da argumentação e não como objeto de estudo de uma dada pesquisa.

Conforme o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (doravante RCNEI),

[...] a observação e o registro se constituem nos principais instrumentos de que o professor dispõe para apoiar sua prática. Por meio deles, o professor pode registrar, contextualmente, os processos de aprendizagens das crianças; a qualidade das interações estabelecidas com outras crianças, funcionários e com o professor e acompanhar os processos de desenvolvimento obtendo informações sobre as experiências das crianças na instituição. Essa observação e seu registro fornecem aos professores uma visão integral das crianças ao mesmo tempo em que revelam suas particularidades (BRASIL, 1998, p. 58-59).
[Calidoscópico, Unisinos, vol. 14, n. 1, p. 6-19, jan/abr 2016.]

No excerto anterior, o RDO, que denomino *documental*, fornece justificativas para argumentos a favor da validade da pesquisa na medida em que os documentos parametrizadores são tomados como orientação do fazer profissional e podem servir como autoridade para a aceitação desses argumentos. Esse tipo de citação refere-se às citações não teóricas já assinaladas por REUTER (2015).

Por fim, o RDO *cultural* refere-se às citações diretas que se valem de dizeres de pessoas públicas e/instituições que são consideradas como autoridades na área de referência. Nesse caso, também, o RDO não é objeto de análise. Exemplo:

O atual presidente da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast), José Ricardo Roriz Coelho,

vê nas deficiências da coleta seletiva e na educação inadequada da população para o correto descarte de materiais passíveis de reaproveitamento o grande gargalo da indústria brasileira de reciclagem.

[Polímeros, 26 (número especial), 49-54, 2016.]

O RDO empírico é usado nas Ciências Sociais, por exemplo, como forma de fornecer a perspectiva daqueles que são referências no assunto em questão, mas que não se constituem como fontes teóricas. Em outras palavras, são saberes considerados pela comunidade como válidos, divididos de acordo com seus locais de circulação, a posição de seus usuários e sua função discursiva (MAINGUENEAU, 1991), embora não sejam de natureza científica. O efeito no texto de pesquisa pode ser visto como o de provocar uma adesão.

Tais categorias do RDO estão descritas na tabela a seguir, que demonstra os tipos as ocorrências encontradas nos artigos dos periódicos em estudo.

Tabela 1: RDO nas diferentes áreas.

Domínio	Qualis	Revista	Número de artigos	Citação longa	Natureza
Letras (Linguística)	A2	Scripta	19	25	Teórico - 25
	A1	Bakhtiniana	9	38	Teórico - 38
	A1	Calidoscópico	14	19	Teórico - 17 Documental - 2
			Total 37		
História	A1	História Unisinos	07	20	Documental - 17 Teórico - 3
	A1	Revista de História	15	44	Teórico - 33 Documental - 6 Empírico - 6
	A2	Varia História	06	24	Documental - 14 Teórico - 5 Empírico - 5

			Total 28			
Ciências Sociais	A2	Ambiente e Sociedade	05	07	Teórico - 3 Documental - 4	
	A1	Caderno CRH	12	27	Documental - 10 Teórico - 12 Empírico - 5	
	A2	Cadernos Metrópole	11	22	Teórico - 11 Documental - 8 Empírico - 3	
			Total 28			
Engenharias	B1	Ambiente Construído	12	1	Teórico - 1	
	B2	Gestão e Produção	15	4	Teórico - 1	
	A2	Polímeros	12	2	Documental - 1 Empírico - 1	
			Total 39			
		Total: 12	Total: 133	Total: 233		

Fonte: dados da pesquisa da autora.

A tabela nos mostra que os três tipos de RDO ocorrem nas áreas do saber analisadas, como também aponta a discrepância de seu uso. Comparando Linguística com as Engenharias, por exemplo, tem-se o seguinte quadro:

Tabela 2: RDO em Linguística e Engenharia.

Área	Qualis	Revista	Artigos	Citações longas	Natureza da citação	
Linguística	A2	Scripta	14	25	Teórica	
	A1	Bakhtiniana	09	38	Teórica	
	A2	Calidoscópio	14	19	Teórica	Documental
	Total		37	82	17	2
Engenharia	B1	Ambiente Construído	12	1	Teórica	
	B2	Gestão e Produção	15	4	Teórica	
	A2	Polímeros	12	2	Documental	Empírica
	Total		39	7	1	1

Fonte: dados da pesquisa da autora.

O que essa comparação revela? Nos artigos analisados, a presença do RDO em citação longa nas Engenharias é quase inexistente, o que me possibilita perceber uma diferença bastante marcante de seu uso nas áreas em estudo. Portanto, as análises dos dados conduzem a recusar, de um lado, a autonomia de disciplinas que são apresentadas como radicalmente diferentes do ponto de vista da origem do RDO, uma vez que as três formas de RDO foram identificadas no *corpus*. De outro lado, a visão homogênea do discurso científico, uma vez que uso do RDO é diferente no que concerne à forma, pois, como disse, a citação longa é quase nula nas Engenharias.

No tocante à diferença do número de citações entre os campos disciplinares, aponto dois fatores que podem explicar essa diferença. O primeiro deles é que nem todos os pesquisadores seguem a mesma trilha de investigação, de modo que discursivização científica não possa se realizar da mesma forma. Outra razão é que alguns campos disciplinares são mais propensos à citação que outros.

Didaticamente, entendo que essa reflexão sobre o uso do RDO nas diferentes áreas em estudo pode ser considerada pelas práticas de didatização da escrita científica. A meu ver, tais práticas deveriam considerar o valor da citação diante de seu valor argumentativo na escrita de pesquisa, da inserção do pesquisador na sua área disciplinar e das políticas de citação que a gerenciam.

4 Algumas conclusões

Neste texto defendo e reitero a tese de que a escrita de pesquisa e para a pesquisa é heterogênea. Acredito que a discussão realizada sobre o uso do RDO nas diversas áreas disciplinares que compõem a academia pode oferecer subsídios para a compreensão do funcionamento do discurso científico, para a inserção dos ingressantes na academia nas práticas desse discurso e até para possíveis transformações das práticas docentes que visam ao ensino da escrita de pesquisa. Defendo que a “aculturação” à escrita de pesquisa não pode ser adquirida unicamente por meio de uma formação metodológica, nem a partir do conhecimento sobre a organização superestrutural dos gêneros e nem, muito menos, de forma natural, uma

vez que ela exige uma familiarização com os problemas de pesquisa e com o modo como eles são discursivizados e textualizados em um quadro disciplinar dado. Mais que compreender a função da citação – que ações retóricas são desempenhadas – e a forma – que mecanismos linguísticos são empregados – é preciso compreender o porquê das diferenças entre as áreas disciplinares. Uma pergunta a ser feita, por exemplo, seria o porquê de áreas como a engenharia não usarem a citação direta na escrita de pesquisa. Hyland (2000), por exemplo, observa que as diferenças nas práticas de citação indicam distinções no modo que o conhecimento é negociado e confirmado em diferentes comunidades acadêmicas. É neste sentido que a citação serve, entre outras coisas, para compreender a identidade do autor e seu grau de pertencimento a uma comunidade discursiva específica.

A resposta a essa pergunta e outras da mesma natureza sobre a representação do discurso do outro por meio das citações poderiam: i) servir de ponto de partida ou de fio condutor para reflexões sobre os modos de textualização e discursivização da escrita de pesquisa; ii) levar os estudantes a refletir sobre as características da escrita científica da sua área disciplinar; iii) possibilitar o uso consciente do RDO de modo que ele sirva para a construção de quadros teóricos mais consistentes e funcionais em gêneros como artigos, projetos, dissertações e teses.

Infelizmente, “o que [é] válido hoje é o pragmatismo pedagógico, é o treino técnico-científico do educando e não sua formação de que já não se fala” (FREIRE, 1996, p. 142) por meio de técnicas de escrita e de “dicas” (RODRIGUES, 2018, RODRIGUES; SILVA, 2019). No entanto, precisamos formar produtores de textos e não meros escreventes (ROJO, 2006).

Referências

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Repères dans le champ du discours rapporté. **L'information Grammaticale**, n. 55, 1992, p. 38-42. Disponível em: <https://www.persee.fr/issue/igram_02229838_1992_num_55_1?sectionId=igram_0222-9838_1992_num_55_1_3186>. Acesso em: fev. 2020.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Ces mots qui ne vont pas de soi**: boucles réflexives et non-coïncidências du dire. Paris: Larousse, Tome I, 1995.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas**: as não-coincidências do dizer. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva**: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline; DOURY, Marianne, REBOUL-TOURÉ, Sandrine. **Parler des mots**: le fait autonymique en discours. Paris: Sorbonne Nouvelle, 2005.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **A representação do discurso outro**: um campo multiplamente heterogêneo. *Calidoscópio*, Vol. 6, n. 2, p. 107-119, mai/ago 2008. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/5252>>. Acesso em: maio 2020.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **La représentation du discours autre**. Walter de Gruyter GmbH: Berlim/Boston, 2020. Disponível em: <<http://library.oapen.org/handle/20.500.12657/23212>>. Acesso em: out. 2020.

BOCH, Françoise; GROSSMANN, Francis. Referir-se ao discurso do outro: alguns elementos de comparação entre especialistas e principiantes. **Scripta**, v. 6, n. 11, p. 97-108, 28 out. 2002. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/12452>>. Acesso em: ago. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Editora da USP, 1996.

CARLINO, Paula. **Escrever, ler e aprender na universidade**: uma introdução à alfabetização acadêmica. Petrópolis: Vozes, 2017.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

COMPAGNON, Antoine. **O trabalho da citação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

DAUNAY, Bertrand; LAHANIER-REUTER, Dominique. Les genres décrits dans la formation supérieure: étude comparative en formation professionnelles des enseignants et en formation universitaire générale. Bulletin suisse de linguistique appliquée. **VALSASLA**, 93, 2011, p. 101-113. Disponível em: <https://doc.rero.ch/record/11876/files/bulletin_vals_asla_2011_093.pdf> Acesso em: maio 2019.

DELCAMBRE Isabelle; LAHANIER-REUTER, Dominique. Les littéracies universitaires: Influence des disciplines et du niveau d'étude dans les pratiques de l'écrit, **Diptyque**, n° 18, L'appropriation des discours universitaires, Namur: Presses Universitaires de Namur, 2010, p. 11-42.

DUCROT. Oswald. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: Ducrot. Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas - São Paulo: Pontes, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FLØTTUM Kjersti. Academic voices in the research article. In: Suomela-Salmi Eija, Dervin, Fred. (org). **Cross-linguistic and cross-cultural perspectives on academic discourse**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, p. 109-122, 2009.

GROSSMANN, Francis; ROSIER, Laurence. L'enseignement des diverses formes et valeurs du discours rapporté au secondaire. In: CHARTRAND, S.-G., (dir). **Mieux enseigner la grammaire**. Pistes didactiques et activités pour la classe. Saint-Laurent: ERPI, 2016.

HYLAND, Ken. **Disciplinary Discourses**: Social Interactions in Academic Writing. London: Longman, 2000.

HOFFNAGEL, Judith C. A prática de citação em trabalhos acadêmicos. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 10, n. 1, p. 71-88, 12 nov. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/les/article/download/9277/8226>>. Acesso em: maio 2019.

LEA, Mary Rosalind.; STREET, Brian Vincent. The Academic Literacies model: theory and applications. **Theory into Practice**, v. 45, n. 4, p. 368-377, 2006.

LEFEBVRE, Muriel. Les écrits scientifiques en action: pluralité des écritures et enjeux mobilisés. **Sciences de la société**, 67, 2006, p. 3-15. Disponível em: <http://archivesic.ccsd.cnrs.fr/sic_00069516/document>. Acesso em: maio 2019.

GOTTSCHALK, Katherine Kiblinge; HJORTSHOJ, Keith. **The elements of teaching writing**: a resource for instructors in all disciplines. Boston: Bedford/St. Martin's, 2004.

LESSA, França Júnia; VASCONCELLOS, de Ana Cristina. **Manual de normalização de publicações técnico-científicas**. 8 ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. **L'analyse du discours**. Paris: Hachette, 1991.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1997.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-reitora de Graduação. Sistema de Bibliotecas. **Padrão PUC Minas de normalização**: normas da ABNT para apresentação de artigos de periódicos científicos. Belo Horizonte: PUC Minas, 2010. Disponível em <http://www.pucminas.br/documentos/normalizacao_artigos.pdf> Acesso em: maio 2019.

RODRIGUES, André Figueiredo. **Como elaborar citações e notas de rodapé**. 3 ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

RODRIGUES, Daniella Lopes Dias Ignácio. Para além da normalização: aspectos discursivos das normas de padronização. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 19, n. 36, p. 357-368, 1º sem. 2015. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/P.2358-3428.2015v19n36p357> Acesso maio 2019.

RODRIGUES, Daniella Lopes Dias Ignácio. Escrita de pesquisa e para a pesquisa. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018.

RODRIGUES, Daniella Lopes Dias Ignácio e SILVA, Jane Quintiliano Guimarães. A escrita de artigo acadêmico em domínios digitais e os efeitos

de suas práticas discursivas na ciência. In: KOMESU, Fabiana e ASSIS, Juliana Alves. Práticas discursivas em letramento acadêmico: questões em estudo. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2019. Disponível em: https://issuu.com/cespuc-centrodeestudoslusoafrobra/docs/ensaios_sobre_a_escrita_acad_mica_oficial_. Acesso em Ago. 2020.

ROJO, Roxane. Letramento e diversidade textual. In: CARVALHO, Maria Angélica Freire de; MENDONÇA, Rosa Helena (org.). **Práticas de leitura e escrita**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

ROSIER, Laurence. **Le discours rapporté**: histoire, théories, pratiques. Paris: Editions Duculot, 1999.

SWALES, John Malcolm. **Genre analysis**: English in academic and research settings. Cambridge: Cambridge University press. 2008. Original publicado em 1990.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução Sheila Grillo e Ekaterinba Vólkova Américo. São Paulo: Editoria 34, 2017.